

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta crescimento contínuo no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores e seguros, retribuindo a confiança de seus participantes e segurados e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre, participando com 24,60% do mercado e deteve 18,40% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em novembro de 2016.

A Bradesco Vida e Previdência, com base nos investimentos relativos aos planos de previdência e VGBL, deteve 27,70% do total do mercado, conforme divulgação pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), também em novembro de 2016.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

O Lucro Líquido do exercício de 2016 foi de R\$ 3,123 bilhões e o Patrimônio Líquido somou R\$ 5,390 bilhões, representando uma rentabilidade de 80,80 % sobre o Patrimônio Líquido Médio.

As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram no exercício de 2016 R\$ 30,734 bilhões (R\$ 28,485 bilhões no exercício de 2015). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 5,695 bilhões (R\$ 5,280 bilhões no exercício de 2015).

As Provisões Técnicas cresceram 18,34%, somando R\$ 186,502 bilhões (R\$ 157,600 bilhões em dezembro de 2015), e as aplicações financeiras em 17,99%, atingindo R\$ 191,902 bilhões (R\$ 162,641 bilhões em dezembro de 2015).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Vida e Previdência, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência busca inovar e aperfeiçoar continuamente o seu portfólio de produtos e serviços. No exercício de 2016, destacaram-se os seguintes lançamentos:

- Planos de Previdência para o segmento *Corporate*: nas modalidades PGBL e VGBL em fundos de Renda Fixa com taxa de administração de 0,7% a.a. e de Multimercado com 15%, 30%, 40% ou 49% em rendas variáveis e taxa de administração de 1,2% a.a. ou 1,0% a.a., ampliando o portfólio de produtos disponíveis para o segmento de forma competitiva;
- Seguro Viagem Bradesco: o cliente passou a contar com novos canais para contratar o seguro viagem, *internet banking* e rede de corretores; e
- Portfólio de Produtos para a Loanga Financeira, um novo canal de vendas obtido com a aquisição do HSBC Seguros (Brasil) S.A. - Seguro Prestamista Proteção Financeira, Microseguro Acidental Premiável e Microseguro Pessoal Bradesco - são seguros ofertados aos clientes em formato de bilhete que permite ao Segurado receber todas as informações do seguro no ato da contratação.

Investimentos

De acordo com o disposto nas normas em vigor, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência S.A. faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos com estrutura operacional especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura da Organização Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o acultramento de gestão de riscos e capital, nos vários níveis de atuação nas empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, os membros do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros se reúne, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios. Nos termos da legislação vigente, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras deverá ser o maior valor entre o capital base e o capital de risco, conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016). E as sociedades deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), e liquidez em relação ao capital de risco.

Governança Corporativa

Com a finalidade de preservar e otimizar o valor a longo prazo, o Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de governança corporativa, pautada nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas. Busca permanentemente a eficiência dos modelos de gestão, contribuindo para a excelência dos processos, estruturas e mecanismos de monitoramento e de controles, sempre levando em conta o arcabouço regulatório (compulsório e facultativo) e o Código de Conduta Ética, disponível a todos os públicos com os quais se relaciona.

Fundamentado nessas premissas e objetivando potencializar a capacidade de formulação estratégica e tomada de decisões, o Grupo possui estrutura de comitês, que dá suporte à Administração, resguardando os mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. Nessa linha, o Grupo possui canal de comunicação, para acolher informações sobre violações aos princípios contidos no Código de Conduta Ética, procedimentos e normas internas, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação e orientar a conduta cotidiana dos profissionais que integram as empresas do Grupo. Adicionalmente, conta com área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações que são tratadas com confidencialidade.

Controles Internos e Compliance

Com base na política corporativa definida e visando atender às determinações legais sobre o tema, a Bradesco Vida e Previdência avalia e aperfeiçoa constantemente os instrumentos que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros. Os processos são continuamente reavaliados e os testes de aderência executados para aferir a efetividade dos controles existentes, em conformidade com os requerimentos da seção 404 da Lei Americana *Sarbanes-Oxley* e com os principais frameworks de controles, como o COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e o COBIT - *Control Objectives for Information and Related Technology*, que abrangem, respectivamente, aspectos de negócios e tecnologia da informação.

Os trabalhos de controles internos são desenvolvidos em conjunto com as diversas áreas gestoras de serviços, produtos e processos, com o propósito de proporcionar segurança quanto à condução adequada dos negócios e para o alcance dos objetivos estabelecidos, em conformidade com leis e regulamentações externas, políticas, normas e procedimentos internos, Códigos de Conduta e de autorregulação aplicáveis. Os resultados obtidos são reportados periodicamente à Alta Administração, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance*, e, sob demanda, ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Para obtenção e manutenção de conformidade às leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros monitora, diariamente a publicação de novos normativos pelos Órgãos Reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo

A Bradesco Vida e Previdência, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e à Corrupção em suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade às regulamentações editadas pelos órgãos competentes e, principalmente, cooperando, com os esforços das autoridades governamentais, nacionais e internacionais, de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, a Bradesco Vida e Previdência atua ativamente no aprimoramento dos controles existentes, que são fundamentais para o processo de prevenção e detecção de situações com indícios de lavagem de dinheiro. Esta estrutura está alinhada a partir da Comissão de Avaliação de Operações com Indícios de Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, que objetiva a análise individualizada de suspeição e a comunicação de propostas, operações ou situações com indícios ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Destaca-se o programa de treinamento sobre o tema ao quadro de funcionários, que abrangem palestras, curso à distância e disponibilização de cartilhas.

Prevenção à Fraude

A Bradesco Vida e Previdência, em consonância com a regulamentação vigente no que diz respeito à Prevenção à Fraude, mantém-se vigilante em desestimar, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a Bradesco Vida e Previdência adota mecanismos de controles internos, tais como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e à sociedade para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Plano e Gestão de Continuidade de Negócios

A Bradesco Vida e Previdência, com a finalidade de assegurar o gerenciamento eficaz da continuidade de seus processos críticos/essenciais de negócios, principalmente aqueles voltados para o relacionamento e atendimento aos clientes, fortaleceu as estratégias do Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com planejamento e testes periódicos dos planos de ação estabelecidos, que podem ser ativados quando da ocorrência de um evento, independentemente de sua proporção, que interrompa a continuidade das operações, minimizando os efeitos de interrupções não programadas.

Segurança da Informação

A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Bradesco Vida e Previdência. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da gestão da informação. Nesta linha, são analisados normas e regulamentos de caráter interno e externo que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Bradesco Vida e Previdência tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política e de Normas Corporativas de Segurança da Informação, da administração de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Reconhecimentos

A Bradesco Vida e Previdência conquistou o prêmio Melhores Fornecedores para RH na categoria "Previdência Privada" e ficou entre as melhores avaliadas na pesquisa "100 Fornecedores para RH 2016", na categoria "Benefícios". A premiação promovida pela revista Gestão e RH, é elaborada com base em pesquisa com profissionais da área de gestão de pessoas e em avaliações de clientes.

Também foi destaque no anuário Valor 1000, promovido pelo Jornal Valor Econômico, conquistando os primeiros lugares nas categorias: "Previdência e Vida"; "Lucro Líquido" e "Lucro Operacional". O anuário tem por objetivo mostrar as informações das mil empresas que ficaram entre as categorias mais importantes do mercado. Conquistou ainda os troféus no Prêmio Cobertura Performance nas categorias "Previdência Privada", "Prestamista" e "Vida Individual".

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Barueri, 01 de fevereiro de 2017.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
ATIVO			
CIRCULANTE		162.796.149	131.731.089
Disponível		4.342	45.078
Caixa e bancos		4.342	45.078
Aplicações	4	162.114.978	131.147.339
Créditos das operações com seguros e resseguros		213.958	208.603
Prêmios a receber	6	205.600	189.786
Operações com seguradoras		6.818	9.768
Operações com resseguradoras	7	1.540	9.049
Créditos das operações com previdência complementar		-	5.878
Créditos de resseguros	7	-	5.878
Outros créditos operacionais		24.187	16.377
Ativos de resseguro e retrocessão		22.722	21.020
Títulos e créditos a receber		329.950	190.606
Títulos e créditos a receber		322.338	185.495
Créditos tributários e previdenciários	8.a	7.328	4.802
Outros créditos		284	309
Despesas antecipadas		777	2.163
Custo de aquisição diferidos		85.235	94.025
Seguros	13.c	85.235	94.025
ATIVO NÃO CIRCULANTE		30.648.558	32.708.179
Realizável a longo prazo		30.401.697	32.505.152
Aplicações	4	29.787.454	31.494.047
Outros créditos operacionais		2.515	2.666
Ativos de resseguro e retrocessão		18.320	11.074
Títulos e créditos a receber		593.408	997.365
Títulos e créditos a receber		100.789	-
Créditos tributários e previdenciários	8.b	-	547.568
Depósitos judiciais e fiscais	14.b	491.765	446.840
Outros créditos operacionais		854	2.957
Investimentos		2.640	2.640
Outros investimentos		2.640	2.640
Imobilizado		9.398	13.115
Bens móveis		1.440	4.272
Outras imobilizações		7.958	8.843
Intangível		234.823	187.272
Outros intangíveis	9	234.823	187.272
Total do ativo		193.444.707	164.439.268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	2016	2015
PASSIVO			
CIRCULANTE		6.569.344	7.551.272
Contas a pagar		585.177	2.307.666
Obrigações a pagar	10	108.914	1.487.879
Impostos e encargos sociais a recolher		103.775	89.135
Encargos trabalhistas		2.888	2.956
Impostos e contribuições	11	369.600	727.696
Débitos de operações com seguros e resseguros		72.319	70.946
Prêmios a restituir		2.513	3.092
Operações com seguradoras		9.486	6.760
Operações com resseguradoras	7.c	12.105	7.904
Corretores de seguros e resseguros		48.215	51.917
Outros débitos operacionais		-	1.273
Débitos de operações com previdência complementar		-	1
Outros débitos operacionais		-	1
Depósitos de terceiros		96.227	107.778
Provisões técnicas - Seguros		4.258.802	3.591.717
Danos		2.944	3.437
Pessoas		1.459.251	1.366.860
Vida individual		2.498.212	2.042.409
Vida com cobertura por sobrevivência		298.395	179.011
Provisões técnicas - Previdência complementar		1.556.819	1.473.164
Planos não bloqueados	13	1.382.677	1.309.136
PGBL/PRGP		174.142	164.028
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		181.485.623	153.172.749
Contas a pagar		106.658	-
Tributos diferidos	8.b	106.658	-
Provisões técnicas - Seguros		134.514.651	110.281.611
Pessoas		2.301.731	2.165.534
Vida individual		2.460.877	2.046.491
Vida com cobertura de sobrevivência		129.752.043	106.069.586
Provisões técnicas - Previdência complementar		46.171.582	42.253.434
Planos não bloqueados	13	18.774.102	17.572.959
PGBL/PRGP		27.397.480	24.680.475
Outros débitos		692.732	637.704
Provisões judiciais	14.a	692.732	637.704
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.389.740	3.715.247
Capital social	15	2.400.000	2.400.000
Reservas de lucros		1.971.503	1.063.139
Ajustes de avaliação patrimonial		1.018.237	252.108
Total do passivo e patrimônio líquido		193.444.707	164.439.268

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	2016	2015
Resultado antes dos impostos e participações	5.535.164	5.257.282
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	35.629	21.231
- Reversão/constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	(5.123)	4.661
- Resultado positivo de equivalência patrimonial	-	(1.247)
- Despesas antecipadas	1.386	1.511
- Variação das provisões técnicas	2.259.829	1.285.067
- Atualização monetária depósitos judiciais	(39.768)	(36.235)
- Atualização monetária provisões técnicas	19.938.042	15.396.852
- Atualização monetária provisões judiciais	28.737	32.303
- Ativos de resseguros provisões técnicas	(8.948)	(19.482)
- Custo de aquisição diferidos	8.790	2.520
Lucro ajustado do exercício	27.753.738	21.944.463
Variações nas contas patrimoniais Aumento/(Redução):		
- Aplicações - Títulos a valor justo por meio do resultado	(26.694.450)	(19.855.013)
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(232)	9.217
- Créditos das operações de previdência complementar	5.878	(5.878)
- Outros créditos operacionais	(7.659)	(7.295)
- Títulos e créditos a receber	304.382	(531.098)
- Contas a pagar	(597.055)	609.854
- Débitos das operações de seguros e resseguros	1.373	274
- Débitos das operações de previdência	(1)	(40)
- Depósitos de terceiros	(11.551)	(29.497)
- Provisões técnicas	6.704.057	7.061.038
- Outros débitos	26.291	81.313
Caixa consumido pelas operações	(20.268.967)	(12.667.125)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.459.852)	(1.412.378)
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.141.478)	(905.340)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	4.883.441	6.959.620
Atividades de Investimento		
- Dividendos recebidos	-	64.021
- Aplicações - Títulos disponíveis para venda	(768.743)	(277.023)
- Aplicações - Títulos mantidos até o vencimento	(1.797.853)	(1.801.644)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - positivos	1.403.423	5
- Ajustes com títulos e valores mobiliários (PL) - negativos	(126.541)	(1.062.899)
- Baixa de imobilizado	2.152	(8.295)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(81.615)	(25.024)
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	(1.369.177)	(3.110.859)
Atividades de Financiamento		
- Dividendos e juros sobre capital próprio pago	(3.555.000)	(3.821.920)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(3.555.000)	(3.821.920)
Redução/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(40.736)	26.841
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	45.078	18.237
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4.342	45.078
Redução/aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(40.736)	26.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2016	2015
Prêmios emitidos		5.694.759	5.280.447
Contribuições para cobertura de riscos		1.315.512	1.350.023
Variações das provisões técnicas de prêmios		(2.055.288)	(1.943.204)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Aumento de capital	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.924.847	-	420.000	2.439.214	889.844	-	5.673.905
Aumento de Capital:							
Aumento de capital conforme AGE de 26.03.2015	-	475.153	(288.700)	(186.453)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 220 de 20.07.2015	475.153	(475.153)	-	-	(637.736)	-	(637.736)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	(2.252.760)
Dividendos pagos (R\$ 12.856,38 por ação)	-	-	-	(2.252.760)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.319.078	3.319.078
Dividendos antecipados (R\$ 4.275,87 por ação)	-	-	-	-	-	(749.240)	(749.240)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 1.700,67 por ação)	-	-	-	-	-	(298.000)	(298.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	165.954	765.884	-	(931.838)	-
Dividendos propostos (R\$ 7.647,31 por ação)	-	-	-	-	-	(1.340.000)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.400.000	-	297.254	765.885	252.108	-	3.715.247
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	766.129	-	766.129
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	3.123.364	3.123.364
Dividendos antecipados conforme ata de 30.09.2016 (R\$ 11.984,59 por ação)	-	-	-	-	-	(2.100.000)	(2.100.000)
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 656,30 por ação)	-	-	-	-	-	(115.000)	(115.000)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	156.169	752.195	-	(908.364)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.400.000	-	453.423	1.518.080	1.018.237	-	5.389.740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional
A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 – Empresarial 18 Forte – Barueri – São Paulo.

O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de subsidiárias e filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Reunião da Diretoria em 1º de fevereiro de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e, alterações observadas, serão reconhecidas no período observado e futuros. As notas explicativas: 2d - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 13 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 14 - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

e. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação, descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalente de caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o máximo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada em outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&FBovespa.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na BM&FBovespa e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

f. Redução ao valor recuperável
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde se apura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. No caso das recuperações de cosseguro, o estudo consiste em observar as recuperações de sinistros de cosseguro cedido, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses, sobre valores com atraso a mais de 164 dias, levando-se em consideração a média ponderada de dias do fluxo de liquidação de sinistros.

g. Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

h. Ativos intangíveis
i. Softwares
Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A amortização do intangível é reconhecida no resultado considerando a taxa linear de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Ativos de resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

j. Custos de aquisição diferidos
É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, e as despesas com agenciamentos realizados no período de doze meses.

k. Impairment de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

l. Provisões técnicas
i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE); A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas;

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos Sinistros ocorridos e ainda não Pagos (IBNP) subtraído do saldo da PSL na data-base do cálculo. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.

ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada *pro rata dia*, com base nas contribuições líquidas, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais;

As provisões matemáticas de benefícios a conceder vinculadas a planos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs);

A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora;

A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC) refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados;

A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, considerando a tábua biométrica BR-EMS ambos os sexos, *improvement* e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco autorizadas pela SUSEP. *Improvement* é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura;

A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de repartição simples e repartição de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer;

A provisão de excedente técnico (PET) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro;

A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é constituída com base nos sinistros ocorridos e ainda não avisados com base em triângulos de *run-off*, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros nos últimos 96 meses para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência;

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão é atualizada monetariamente e inclui todos os sinistros em discussão judicial;

Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Planos de Aposentadoria (PGBL e VGBL)	BR-EMS	0%	0% a 5%
Seguros de Pessoas e Coberturas de Risco	AT83 e CSO-58	3% a 6%	20% a 30%

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)
A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP.

De acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015, o teste deve ser segmentado em seguros de pessoas e danos. A Companhia opera somente com seguros de pessoas e, conseqüentemente, o cálculo foi realizado considerando os ramos que a Companhia opera de maneira conjunta.

Para os produtos de previdência complementar aberta, e vida com cobertura por sobrevivência, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

Os fluxos relativos a prêmios futuros não registrados na PPNG só foram incluídos no resultado quando o resultado do valor presente foi negativo.

No TAP realizado em dezembro de 2016 houve alteração nas premissas de Taxa de Cancelamento e *Improvement*, considerando as tábuas biométricas BR-EMS ambos os sexos, ajustadas por critério de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas, conforme legislação vigente, o que ocasionou uma redução aproximada de R\$ 177.280 no saldo da provisão complementar de cobertura (PCC).

O resultado do teste de adequação do passivo foi integralmente reconhecido no resultado, conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015.

m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias
i. Ativos contingentes
São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

ii. Passivos contingentes
São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias
Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

n. Benefícios a empregados
i. Obrigações de curto prazo
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias
Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As contribuições dos funcionários e administradores são equivalentes a 4% do salário, exceto para os participantes que em 2001 optaram em migrar do plano de benefício definido para o PGBL, cujas contribuições foram mantidas nos níveis que vigoravam no plano de benefício definido quando da transferência de plano, observando-se sempre o mínimo de 4% do salário. As contribuições da Companhia são de 5% do salário, acrescidas do percentual destinado às coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez).

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

Além do PGBL anteriormente apresentado, está assegurado aos participantes transferidos do plano de benefício definido um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados nesse plano até a data de migração. Para os participantes do plano de benefício definido, transferidos ou não para o PGBL, participantes aposentados e pensionistas, o valor presente das obrigações atuariais está aplicado nos FIEs.

iii. Outras obrigações pós-emprego
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

iv. Outros benefícios de curto prazo
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

o. Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15% e posteriormente, conforme Lei nº 13.169/15 a alíquota foi alterada para 20%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

p. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguro e comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/rendosos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo de 12 meses. As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.. As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro. As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento. As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração. **Receitas financeiras e despesas financeiras** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 A IFRS 9 substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações contábeis da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

IFRS 15 A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma não tem alcance sobre os contratos de seguros.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma.

3. Gerenciamento de riscos
a. Introdução A Companhia está exposta aos riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, proveniente de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos. Em atendimento à SUSEP nº 521/2015, foi nomeado um Gestor de Riscos. **Estrutura de gerenciamento de riscos** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia. Consideráveis investimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se como objetivo elevar a qualidade de gerenciamento dos riscos e garantir o foco necessário a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades. O gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A estrutura do processo de gerenciamento de riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível sobre o tema, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância, denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, estuda todos os riscos (seguro/subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições. Adicionalmente, existem os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que têm por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição, que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas bem como para fins de precificação e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese, é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia. O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria Gerencial de Gestão de Riscos, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições a estruturação de modelos internos para Risco de Subscrição e cálculo de capital regulatório para esses negócios e certifica os estudos de precificação de novos produtos. **Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros** Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos vigentes ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM) A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM - *Asset Liability Management*. A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus participantes e segurados. As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia. **Gerenciamento de riscos por segmento de negócios** O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros). **Principais riscos associados aos Seguros de Vida e Previdência** Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais. Os riscos associados ao seguro de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morre, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades pré-definidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência A Companhia monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros e provisões técnicas de seguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhoria da expectativa de vida da população segurada/assistida. Riscos de mortalidade e morbidade são atuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe. O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever. O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Concentração de riscos** As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios e contribuições de previdência.

Distribuição do prêmio emitido líquido - 31/12/2016				
Região Geográfica	Previdência		Seguros de Vida	
	PGBL Tradicional	VGBL	de Vida	Total
Sudeste	1.836.791	894.646	19.225.224	4.474.884
Sul	57.650	262.537	2.972.950	507.845
Nordeste	83.829	147.434	2.978.083	323.728
Centro-Oeste	21.535	109.355	1.309.033	288.001
Norte	22.270	56.649	756.034	100.301
Total	2.022.075	1.470.621	27.241.324	5.694.759

Distribuição do prêmio emitido líquido - 31/12/2015				
Região Geográfica	Previdência		Seguros de Vida	
	PGBL Tradicional	VGBL	de Vida	Total
Sudeste	2.080.898	891.966	17.528.279	4.109.029
Sul	72.284	252.147	2.602.539	477.508
Nordeste	93.743	159.568	2.767.821	311.722
Centro-Oeste	25.849	129.848	1.096.837	279.601
Norte	23.469	65.405	694.119	102.587
Total	2.296.243	1.498.934	24.689.595	5.280.447

Resultados da análise de sensibilidade Alguns resultados do teste estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator. Ressaltamos que nas operações de seguros não existem riscos cambiais significativos.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros	O impacto de uma redução na curva da taxa a termo livre de risco.
Sinistralidade	O impacto de um aumento na sinistralidade para o negócio.
Longevidade (<i>Improvement</i>)	O impacto de um aumento na estimativa de melhoria da sobrevivência para contratos de anuidade.
Conversão em renda	O impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.

Seguros de Vida com Cobertura de Sobrevivência, Previdência e Seguros de Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2016. O teste de sensibilidade foi efetuado considerando as mesmas bases do teste do TAP com variação nas premissas listadas abaixo:

	Taxas de juros	Improvement	Conversão em renda
Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições			
Planos Tradicionais (fase de contribuição)	Variação de -5% (135.954)	0,2 pontos percentuais (30.376)	5 pontos percentuais (32.535)
PGBL/VGBL (fase de contribuição)	(10.266)	(1.304)	(15.788)
Todos os planos (fase de concessão)	(487)	(104)	-
Total	(146.707)	(31.784)	(48.323)

Seguros de Pessoas, exceto Vida Individual - Sensibilidades em 31 de dezembro de 2016. Para os seguros de Pessoas, a tabela abaixo apresenta o impacto no Resultado e Patrimônio Líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Seguros de Vida	(23.220)	(23.139)

c. Risco de crédito Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. **Gerenciamento do risco de crédito** O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. Esse gerenciamento de risco inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *Moody's* entre outros. Conforme exposto acima, o gerenciamento de risco de crédito é realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital. No que tange as aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo visto que a maior parte do total da carteira de investimentos está concentrada em títulos de renda fixa público e operações compromissadas com lastro em título público federal como demonstrado abaixo:

Aplicações/Rating	2016						Sem a rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	AAA	AA	A	BB	B	C			
Valor justo por meio do resultado	149.301.083	3.765.252	1.177.244	65.481	662.555	929	537.224	1.196.001	156.705.769
Título de renda fixa privado	22.017.981	3.765.252	1.177.244	65.481	662.555	929	537.224	-	28.226.666
Título de renda fixa público	127.283.102	-	-	-	-	-	-	-	127.283.102
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.196.001	1.196.001
Disponíveis para a venda	8.797.480	-	89.328	-	-	-	-	1.728.856	10.615.664
Título de renda fixa público	8.793.145	-	-	-	-	-	-	-	8.793.145
Título de renda fixa privado	4.335	-	89.328	-	-	-	-	-	93.663
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	1.728.856	1.728.856
Mantidos até o vencimento	24.580.999	-	-	-	-	-	-	-	24.580.999
Título de renda fixa público	24.486.014	-	-	-	-	-	-	-	24.486.014
Título de renda fixa privado	94.985	-	-	-	-	-	-	-	94.985
Total	182.679.562	3.765.252	1.266.572	65.481	662.555	929	537.224	2.924.857	191.902.432

Aplicações/Rating	2015						Sem a rating	Exposto exclusivamente a risco de mercado	Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B			
Valor justo por meio do resultado	122.116.793	2.052.673	902.388	374.287	2.138.550	1.228.749	1.197.879	130.011.319	
Título de renda fixa privado	40.964.113	2.052.673	902.388	374.287	2.138.550	1.228.749	-	47.660.760	
Título de renda fixa público	81.152.680	-	-	-	-	-	-	81.152.680	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	1.197.879	1.197.879	
Disponíveis para a venda	8.619.302	94.449	-	-	-	-	9.881	9.846.921	
Título de renda fixa público	8.616.164	-	-	-	-	-	-	8.616.164	
Título de renda fixa privado	3.138	94.449	-	-	-	-	9.881	107.468	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	1.123.289	1.123.289	
Mantidos até o vencimento	22.783.146	-	-	-	-	-	-	22.783.146	
Título de renda fixa público	22.700.459	-	-	-	-	-	-	22.700.459	
Título de renda fixa privado	82.687	-	-	-	-	-	-	82.687	
Total	153.519.241	2.147.122	902.388	374.287	2.138.550	1.238.630	2.321.168	162.641.386	

A Administração classificou os títulos públicos na categoria AAA uma vez que a contraparte é o Governo Federal. Trimestralmente, são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Risco de Crédito do Banco Bradesco e dos Comitês Executivo de Gestão de Riscos e de Estratégia de alocação de Ativos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez Risco de liquidez é a possibilidade de não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Exposição ao risco de liquidez** O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 1 a 6 meses	2.726.383	868.941
Fluxo de 6 a 12 meses	4.547.641	986.640
Fluxo de 12 a 60 meses	16.790.065	7.644.170
Fluxo acima de 60 meses	38.993.244	39.697.613
	63.057.333	49.197.364

- (i) Contempla aplicações, créditos com operações de seguros, resseguros e previdência complementar e ativos de resseguro;
 - (ii) Contempla provisões técnicas, contas a pagar e débitos das operações com seguros e resseguros;
- Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência de PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

e. Risco de mercado O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores. Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente. O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança. **Gerenciamento do risco de mercado** O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração. **Definição de limites** As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações. A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações. **Modelos de mensuração do risco de mercado** As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes. A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente prejuízo contábil. **Análise de Sensibilidade de Risco de Mercado.**

Fator de Risco	Cenário	
	Choque de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Bovespa em pontos	59.625	
Taxa Pré-fixada de 1 ano	11,55%	
Cupom de IPCA de 1 ano	5,97%	

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Período	Fatores de risco			Total sem correlação	Total com correlação
	Taxa de juros	Índices de preços	Renda variável		
Dezembro/2016	(683)	(6.128)	(5.279)	(12.090)	(8.633)
Impacto sobre as exposições sujeitas à:	Exposições sujeitas a variações de taxas de juros pré-fixadas e cupom de taxas de juros	Exposições sujeitas a variação da taxa dos cupons de preços	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		

f. Risco operacional O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem. **Gerenciamento do risco operacional** A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de negócios da Companhia;
 - Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
 - Aprovar e revisar, as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital;
 - Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.
- Procedimentos de controle e monitoramento contínuo**
- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes do risco operacional assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento e controle do processo, possibilitando a redução dos impactos, ao menor custo.
 - Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4. Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	156.705.769	81,66	130.011.319	79,94
Quotas de fundos especialmente constituídos	155.204.629	80,88	128.864.259	79,24
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	1.469.969	0,76	739.710	0,45
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	-	-	338.370	0,21
Fundos de investimentos de terceiros	31.171	0,02	68.980	0,04
Títulos disponíveis para venda	10.615.664	5,53	9.846.921	6,05
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	5.822.289	3,03	5.911.981	3,63
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	2.957.055	1,54	2.360.749	1,45
Títulos de renda variável - ações	1.728.856	0,90	1.123.289	0,69
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional	-	-	291.931	0,18
Títulos de renda fixa - debêntures	91.311	0,05	95.659	0,06
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro - depósito judicial	16.153	0,01	53.431	0,03
Fundos de investimentos de terceiros	-	-	9.881	0,01
Títulos mantidos até o vencimento	24.580.999	12,81	22.783.146	14,01
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	18.517.231	9,65	17.356.742	10,67
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional	5.983.656	3,12	5.344.639	3,29
Títulos de renda fixa - certificados de recebíveis imobiliários	80.112	0,04	81.765	0,05
Total	191.902.432	100,00	162.641.386	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2016					Valor contábil/valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo			
Títulos a valor justo por meio do resultado	15.391.636	3.026.699	4.743.756	133.543.678	156.705.769	153.292.597	3.413.172	
Letras financeiras do tesouro	-	-	130.665	56.131.685	56.262.350	56.360.737	(98.387)	
Notas do tesouro nacional	3.176	43.597	-	39.299.445	39.346.218	37.039.352	2.306.866	
Letras do tesouro nacional	3.233	-	52.041	31.619.260	31.674.534	30.446.039	1.228.495	
Letras financeiras de emissores privados	577.932	2.935.655	4.245.222	4.067.144	11.825.953	11.800.954	24.999	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	7.843.797	-	-	-	7.843.797	7.843.797	-	
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	5.487.992	-	-	-	5.487.992	5.487.992	-	
Debêntures	-	47.200	209.154	2.356.746	2.613.100	2.662.840	(49.740)	
Ações	1.196.001	-	-	-	1.196.001	1.196.001	-	
Quotas de fundos de investimento	194.155	-	-	-	194.155	194.155	-	
Depósito em garantia especial	-	-	106.674	-	106.674	105.653	1.021	
Notas comerciais	74.241	-	-	61.020	135.261	135.259	2	
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	11.109	-	-	-	11.109	11.109	-	
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	8.378	8.378	8.462	(84)	
Cédula de crédito bancário	-	247	-	-	247	247	-	
Títulos disponíveis para venda	1.729.959	-	42.898	8.842.807	10.615.664	9.692.179	923.485	
Notas do tesouro nacional	-	-	42.898	8.734.094	8.776.992	7.889.825	887.167	
Debêntures	-	-	-	91.311	91.311	91.899	(588)	
Letras financeiras do tesouro - judiciais (iii)	-	-	-	16.153	16.153	16.157	(4)	
Ações (ii)	1.728.856	-	-	1.728.856	1.691.946	1.691.946	36.910	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.103	-	-	1.249	2.352	2.352	-	
Títulos mantidos até o vencimento	14.873	-	3.621.479	20.944.647	24.580.999	24.580.999	-	
Notas do tesouro nacional	-	-	3.621.479	20.864.535	24.486.014	24.486.014	-	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (iv)	11.526	-	-	-	11.526	11.526	-	
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	80.112	80.112	80.112	-	
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (iv)	3.347	-	-	-	3.347	3.347	-	
Total	17.136.468	3.026.699	8.408.133	163.331.132	191.902.432	187.565.775	4.336.657	

	2015					Valor contábil/valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo			
Títulos a valor justo por meio do resultado	31.849.066	3.130.531	4.885.460	90.146.262	130.011.319	130.953.025	(941.706)	
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	47.267.132	47.267.132	45.009.731	2.257.401	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	20.105.759	-	-	-	20.105.759	20.105.759	-	
Notas do tesouro nacional	-	-	244.367	17.557.500	17.801.867	19.628.157	(1.826.290)	
Letras do tesouro nacional	685.184	1.431.620	2.284.365	11.682.512	16.083.681	17.253.410	(1.169.729)	
Letras financeiras de emissores privados	-	936.831	1.394.360	10.351.512	12.682.703	12.811.126	(128.423)	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	5.905.943	-	-	-	5.905.943	5.905.943	-	
Certificado de depósito bancário	2.231.408	143.327	951.493	536.670	3.862.898	3.856.825	6.073	
Debêntures	178.473	16.069	10.875	2.649.405	2.854.822	2.936.267	(81.445)	
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	1.301.077	-	-	-	1.301.077	1.301.077	-	
Ações	1.197.879	-	-	-	1.197.879	1.197.879	-	
Debêntures - operação compromissada	-	401.845	-	-	401.845	401.845	-	
Quotas de fundos de investimento	243.343	-	-	-	243.343	243.343	-	
Notas promissórias	-	200.839	-	-	200.839	200.416	423	
Depósito em garantia especial	-	-	-	90.854	90.854	90.339	515	
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	10.056	10.056	10.288	(232)	
Cédula de crédito bancário	-	-	-	621	621	620	1	
Títulos disponíveis para venda	1.135.098	-	-	8.711.823	9.846.921	10.322.128	(475.207)	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	8.270.802	8.270.802	8.650.745	(379.943)	
Ações (ii)	1.123.289	-	-	1.123.289	1.191.992	1.191.992	(68.703)	
Letras do tesouro nacional	-	-	-	291.931	291.931	322.632	(30.701)	
Debêntures	-	-	-	95.659	95.659	91.521	4.138	
Letras financeiras do tesouro - judiciais (iii)	-	-	-	53.431	53.431	53.429	2	
Quotas de fundos de investimentos	9.881	-	-	-	9.881	9.881	-	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	1.928	-	-	-	1.928	1.928	-	
Títulos mantidos até o vencimento	922	-	-	22.782.224	22.783.146	22.783.146	-	
Notas do tesouro nacional	-	-	-	22.700.459	22.700.459	22.700.459	-	
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	81.765	81.765	81.765	-	
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (iv)	922	-	-	-	922	922	-	
Total	32.985.086	3.130.531	4.885.460	121.640.309	162.641.386	164.058.299	(1.416.913)	

- Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.682, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 280.104, sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 773.578.
- Durante o exercício foram realizadas vendas de ações classificadas como disponíveis para venda, no montante de R\$ 5.240.194 (R\$ 1.983.588 em 2015), o que representou a realização da mais valia no montante de R\$ 371.926 (Mais valia de R\$ 28.671 em 2015). Considerando a política adotada pela Companhia para caracterização de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda, foi reconhecida no resultado do exercício de 2016 a despesa, líquida de tributos, no montante de R\$ 15.112 (R\$ 223.186 em 2015).
- As letras financeiras do tesouro dadas em garantias de processos judiciais estão apresentadas no ativo não circulante independente do vencimento dos títulos.
- Referem-se ao movimento do fluxo de caixa dos FIEs, classificados na categoria "Mantidos até o vencimento", decorrente dos resgates de cupons efetuados no exercício.

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2016	2015
Total das provisões técnicas	186.501.854	157.599.926
Total a ser coberto (A)	186.501.854	157.599.926
Quotas de fundos especialmente constituídos	155.204.629	128.864.259
Quota de fundos de investimentos	22.129.810	18.159.359
Títulos públicos	13.269.915	13.078.481
Ações	1.728.856	1.123.289
Debêntures	89.328	94.450
Títulos privados	80.112	81.765
Parcela correspondente a resseguros contratados (nota 7)	26.321	21.267
Total dado em cobertura (B)	192.528.971	161.422.870
Suficiência (B) - (A)	6.027.117	3.822.944

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2016			2015		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	128.479.103	28.226.666	156.705.769	82.350.559	47.660.760	130.011.319
Letras financeiras do tesouro	56.262.350	-	56.262.350	47.267.132	-	47.267.132
Notas do tesouro nacional	39.346.218	-	39.346.218	17.801.867	-	17.801.867
Letras do tesouro nacional	31.674.534	-	31.674.534	16.083.681	-	16.083.681
Letras financeiras de emissores privados	-	11.825.953	11.825.953	-	12.682.703	12.682.703
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	7.843.797	7.843.797	-	20.105.759	20.105.759
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	5.487.992	5.487.992	-	1.301.077	1.301.077
Debêntures	-	2.613.100	2.613.100	-	2.854.822	2.854.822
Ações	1.196.001	-	1.196.001	1.197.879	-	1.197.879
Quotas de fundos de investimentos	-	194.155	194.155	-	243.343	243.343
Depósito em garantia especial	-	106.674	106.674	-	90.854	90.854
Notas comerciais	-	135.261	135.261	-	-	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	-	11.109	11.109	-	5.905.943	5.905.943
Certificado de recebíveis imobiliários	-	8.378	8.378	-	10.056	10.056
Cédula de crédito bancário	-	247	247	-	621	621
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	3.862.898	3.862.898
Debêntures - operação compromissadas	-	-	-	-	401.845	401.845
Notas promissórias	-	-	-	-	200.839	200.839
Títulos disponíveis para venda	10.522.001	93.663	10.615.664	9.739.453	107.468	9.846.921
Notas do tesouro nacional	8.776.992	-	8.776.992	8.270.802	-	8.270.802
Ações	1.728.856	-	1.728.856	1.123.289	-	1.123.289
Debêntures	-					



2015

Fundo de Investimento	Mercadoria	Prazo de Realização	Valor de referência	
			Valor de Compra	Valor de Venda
Bradesco FI RF Master Previdência.....	D11	0 a 12 meses	-	(1.416.910)
Bradesco FI RF Master Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	-	(1.714.426)
Bradesco FI RF Master Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(1.176.726)
		Subtotal		(4.308.062)
FRAM Capital Previdência FI RF LP.....	D11	De 1 a 5 anos	-	(80)
		Subtotal		(80)
Bradesco FI RE Master II Previdência.....	D11	0 a 12 meses	-	(2.489.189)
Bradesco FI RE Master II Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	1.123.965	(8.055.043)
Bradesco FI RE Master II Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(9.779.852)
		Subtotal	1.123.965	(20.324.084)
Bradesco FI RF Master Pré-fixado.....	D11	De 1 a 5 anos	16.578	(26.772)
Bradesco FI RF Master Pré-fixado.....	D11	De 1 a 5 anos	22.500	-
Bradesco FI RF Master Pré-fixado.....	D11	Acima de 5 anos	5.779	-
		Subtotal	44.857	(26.772)
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master.....	D11	0 a 12 meses	5.095	-
Bradesco FIF RF Crédito Privado Master.....	D11	De 1 a 5 anos	7.347	-
		Subtotal	12.442	-
Bradesco FI RF Master III Previdência.....	D11	0 a 12 meses	93	(1.199)
Bradesco FI RF Master III Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	7.245	(24.754)
Bradesco FI RF Master III Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(6.582)
		Subtotal	7.338	(32.535)
Bradesco FI RF Master IV Previdência.....	D11	0 a 12 meses	-	(95.800)
Bradesco FI RF Master IV Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	170.609	(964.150)
Bradesco FI RF Master IV Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(279.731)
		Subtotal	170.609	(1.339.681)
Bradesco FI RF Master V Previdência.....	D11	0 a 12 meses	-	(3.097)
Bradesco FI RF Master V Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	4.399	(17.033)
Bradesco FI RF Master V Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(7.568)
		Subtotal	4.399	(27.698)
Bradesco FI RF Master VI Previdência.....	D11	0 a 12 meses	-	(14.884)
Bradesco FI RF Master VI Previdência.....	D11	De 1 a 5 anos	16.819	(85.858)
Bradesco FI RF Master VI Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	-	(26.239)
		Subtotal	16.819	(126.981)
Bradesco Fia Master Ibovespa.....	IND	0 a 12 meses	9.782	-
		Subtotal	9.782	-
Ibiuna Previdência Master Fim.....	IND	0 a 12 meses	-	(48.310)
Ibiuna Previdência Master Fim.....	D11	0 a 12 meses	-	(14.256)
		Subtotal	-	(62.566)
BTG Pactual HYP Prev FI RF.....	D11	De 1 a 5 anos	-	(292)
		Subtotal	-	(292)
BTG Pactual HY Prev FI RF.....	D11	De 1 a 5 anos	-	(17.952)
		Subtotal	-	(17.952)
Bradesco FIM Master Previdência.....	D11	0 a 12 meses	5.125	-
Bradesco FIM Master Previdência.....	D11	Acima de 5 anos	465	(253)
		Subtotal	5.590	(253)
Total			1.395.801	(26.266.956)

IND - Contrato futuro de Ibovespa; DI1 - Contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de 1 dia; DAP - Contrato futuro de cupom de IPCA; DOL - Dólar; AUD - Dólar Australiano; CAD - Dólar Canadense.
O Resultado do exercício foi de (R\$ 1.058.022) (R\$ 2.191.242 em dezembro de 2015) e, o valor a pagar foi de R\$ 14.102 (R\$ 55.748 a pagar em dezembro de 2015). Considerando o que determina a legislação vigente, as operações com derivativos realizados nas carteiras e fundos de Investimentos das Seguradoras, tem por objetivo a proteção das carteiras, não gerando perdas ou ganhos devido a contrapartida do resultado do ativo objeto da proteção.

6 Prêmios a receber

a. Ramos de seguros

	2016	2015
Vida em grupo.....	70.894	85.950
Prestamista.....	39.538	29.963
Dotal misto.....	86.204	58.623
Acidentes pessoais coletivo.....	21.921	22.029
Eventos aleatórios.....	13.795	30.933
Acidentes pessoais.....	9.018	8.133
Vida individual.....	9.276	7.966
Outros.....	6.639	2.997
Redução ao valor recuperável.....	(51.685)	(56.808)
Total	205.600	189.786

b. Faixas de vencimento

	2016	2015
A vencer		
Até 30 dias.....	142.487	112.046
De 31 a 120 dias.....	3.232	2.365
Acima de 121 dias.....	24	32
Total a vencer	145.743	114.443
Vencidos:		
Até 30 dias.....	46.040	73.240
De 31 a 120 dias.....	46.677	47.127
Acima de 121 dias.....	18.825	11.784
Total vencidos	111.542	132.151
Subtotal	257.285	246.594
Redução ao valor recuperável.....	(51.685)	(56.808)
Total	205.600	189.786

c. Movimentação dos prêmios a receber

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro (*)	153.123	175.556
(+) Prêmios emitidos.....	6.146.880	5.681.222
(+) IOF.....	10.608	14.708
(-) Prêmios cancelados.....	(539.499)	(499.510)
(-) Recebimentos.....	(5.591.787)	(5.214.192)
Constituição de provisão para perda.....	5.123	(4.661)
Saldo em 31 de dezembro (*)	184.448	153.123

(*) Não contempla os prêmios de riscos vigentes não emitidos e prêmios de co-seguro aceito no montante de R\$ 21.152 (R\$ 36.663 em dezembro de 2015).

7 Ativos de resseguro e operações com resseguro

a. Composição

	2016	2015
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR).....	24.754	13.965
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG).....	14.721	10.827
Provisão de sinistros a liquidar.....	1.567	1.815
Sinistros a recuperar.....	1.540	14.927
Provisão matemática de benefício concedido (PMBC).....	-	5.487
Total	42.582	47.021

b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguro

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	47.021	12.958
Reversão/Constituição de provisões.....	19.164	34.063
Sinistros recuperados.....	(10.259)	(14.386)
Atualização monetária e juros de sinistros.....	43	(195)
Sinistros a recuperar.....	(13.387)	14.581
Saldo em 31 de dezembro	42.582	47.021

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2016			
		Prêmio cedido (nota 21e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 21e)	Sinistros a recuperar
IRB Brasil Resseguros.....	Local	18.568	12.105	9.649	1.540
		18.568	12.105	9.649	1.540
		2015			
Resseguradores	Categoria	Prêmio cedido (nota 21e)	Prêmios a liquidar	Recuperação de sinistros (nota 21e)	Sinistros a recuperar
IRB Brasil Resseguros.....	Local	27.279	7.904	26.135	14.927
Outros.....	Admitida	20	-	-	-
		27.299	7.904	26.135	14.927

8 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários

	2016	2015
Impostos a compensar.....	2.359	4.802
Finsocial.....	516	-
INSS - aviso prévio.....	1.088	-
ILL.....	3.365	-
Total	7.328	4.802

b. Créditos tributários e Tributos diferidos líquidos

	2016	2015
Créditos tributários diferidos (i).....	643.852	774.991
Tributos diferidos (ii).....	(750.510)	(227.423)
Total	(106.658)	547.568

(i) Movimentação de créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisões judiciais - cíveis.....	142.930	51.069	(49.434)	144.565
Provisões para riscos de crédito.....	373.144	-	(37.239)	335.905
Provisões judiciais - fiscais.....	115.143	19.515	(190)	134.468
Provisões para desvalorização/impairment.....	135.188	6.224	(120.845)	20.567
Provisões judiciais - trabalhistas.....	4.247	1.355	(2.112)	3.490
Outros.....	4.339	4.590	(4.072)	4.857
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	774.991	82.753	(213.892)	643.852

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisões judiciais - cíveis.....	116.047	78.256	(51.373)	142.930
Provisões para riscos de crédito.....	326.620	160.376	(113.852)	373.144
Provisões judiciais - fiscais.....	80.726	35.355	(938)	115.143
Provisões para desvalorização/impairment.....	114.893	94.334	(74.039)	135.188
Provisões judiciais - trabalhistas.....	2.883	2.739	(1.375)	4.247
Outros.....	12.690	4.119	(12.470)	4.339
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	653.859	375.179	(254.047)	774.991

(ii) Movimentação das obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda.....	168.072	1.087.333	(576.580)	678.825
Atualização de depósito judicial.....	59.351	12.429	(95)	71.685
Total	227.423	1.099.762	(576.675)	750.510

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para a venda.....	593.229	168.072	(593.229)	168.072
Atualização de depósito judicial.....	47.795	11.556	-	59.351
Total	641.024	179.628	(593.229)	227.423

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2017.....	26.104	18.654		44.758
2018.....	17.920	12.734		30.654
2019.....	13.658	9.667		23.325
2020.....	11.293	7.966		19.259
2021 em diante.....	327.432	198.424		525.856
Total	396.407	247.445		643.852

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários monta R\$ 574.320.

9 Ativos intangíveis

	2016	2015
Saldo em 1º de janeiro	187.272	182.399
Desenvolvimento interno.....	81.615	67.129
Baixa por desuso.....	-	(42.105)
Amortização.....	(34.064)	(20.151)
Saldo em 31 de dezembro	234.823	187.272

10 Obrigações a pagar

	2016	2015
Dividendos a pagar.....	-	1.340.000
Participação nos lucros a pagar.....	4.730	4.805
Honorários, remunerações e gratificações a pagar.....	1.812	1.416
Fornecedores.....	15.576	5.848
Pagamentos a efetuar.....	2.754	13.671
Outras obrigações.....	84.042	122.139
Total	108.914	1.487.879

11 Impostos e contribuições a pagar

	2016	2015
Imposto de renda.....	72.261	291.060
Contribuição social.....	265.531	378.331
COFINS.....	27.362	50.155
PIS.....	4.446	8.150
Total	369.600	727.696

12 Depósitos de terceiros

	2016			Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	19.029	3.475	-	22.504
Prêmios e emolumentos.....	38.387	7.409	3.877	49.673
Outros.....	24.050	-	-	24.050
Total	81.466	10.884	3.877	96.227

	2015			Total
	Até 30 dias	31 a 180 dias	181 a 365 dias	
Cobrança antecipada de prêmios.....	17.622	3.252	76	20.950
Prêmios e emolumentos.....	49.510	13.066	1.640	64.216
Outros.....	22.612	-	-	22.612
Total	89.744	16.318	1.716	107.778

13 Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos

a. Composição

	2016				Total
--	------	--	--	--	-------



Sinistros brutos de resseguro

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso.....	624.866	778.085	819.262	885.177	997.287	1.183.335	1.228.706	1.303.216	1.326.708	1.412.469	1.490.848	
Um ano após o aviso.....	608.403	766.642	829.831	909.937	1.006.142	1.180.974	1.219.349	1.295.014	1.369.187	1.422.978	-	
Dois anos após o aviso.....	590.246	772.788	845.582	926.808	1.012.326	1.181.021	1.229.698	1.323.076	1.364.170	-	-	
Três anos após o aviso.....	586.480	776.168	841.047	920.827	1.002.115	1.189.830	1.229.695	1.305.603	-	-	-	
Quatro anos após o aviso.....	590.823	779.660	838.726	927.503	1.013.162	1.186.600	1.227.122	-	-	-	-	
Cinco anos após o aviso.....	583.930	773.646	836.488	937.744	1.010.684	1.193.017	-	-	-	-	-	
Seis anos após o aviso.....	580.137	778.029	837.591	935.677	1.008.846	-	-	-	-	-	-	
Sete anos após o aviso.....	581.401	753.092	837.981	928.114	-	-	-	-	-	-	-	
Oito anos após o aviso.....	580.600	756.800	840.124	-	-	-	-	-	-	-	-	
Nove anos após o aviso.....	581.246	759.105	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dez anos após o aviso.....	607.446	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Estimativa dos sinistros na data-base.....	607.446	759.105	840.124	928.114	1.008.846	1.193.017	1.227.122	1.305.603	1.364.170	1.422.978	1.490.848	12.147.373
Pagamentos de sinistros efetivados.....	(580.706)	(734.663)	(818.895)	(905.276)	(957.333)	(1.132.524)	(1.160.608)	(1.195.985)	(1.057.857)	(1.058.811)	(1.081.425)	(10.684.078)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativos e judicial).....	26.745	24.442	21.229	22.838	51.513	60.493	66.514	109.618	306.313	364.167	409.423	1.463.295

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R\$ 2.944.
O valor do resseguro da PSL monta R\$ 1.567.

f. Desenvolvimento da provisão de sinistro judicial

	PSL	Resseguro
Saldo em 1º de janeiro de 2016.....	1.028.946	1.250
(-) Total pago no período.....	(255.368)	(495)
Total provisionado até 31/12/2015 para ações pagas no período.....	(231.005)	(310)
Quantidade de ações pagas no período.....	3.959	4
(+) Novas constituições referentes a citações do período.....	139.144	185
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período.....	3.034	1
(+) Constituições referentes a citações de período anteriores.....	26.005	-
(-) Baixas por êxito.....	(20.877)	-
(+/-) Alteração de estimativas.....	88.595	352
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros.....	37.649	100
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	1.044.094	1.392

14 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação. Não existem passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, em especial os descritos abaixo, os quais estão provisionados.

- As principais discussões são:
 - INSS – Valor depositado judicialmente R\$ 269.429 (R\$ 225.848 em dezembro de 2015) e valor provisionado - R\$ 269.429. Discute a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro e previdência, instituída, inicialmente pela Lei Complementar nº 84/96, e após, pela Lei 9.876/99 (nova redação dada ao artigo 22, inciso I da Lei 8.212/91), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.
 - INSS – Valor provisionado R\$ 46.225 – Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação: valor original (R\$ 28.605) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R\$ 14.039).

ii. Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando o valor depositado. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

iii. Processos cíveis

As ações propostas referem-se a assuntos pertinentes à atividade comercial normal desenvolvida pela Companhia, sendo assuntos referentes à devolução de contribuições de planos previdenciários, à cobrança de benefícios e indenizações por danos morais. Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

a. Movimentação das provisões judiciais constituídas.

	Outras				Total
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	provisões	
Saldo em 1º de janeiro de 2016.....	299.214	9.711	328.779	-	637.704
Constituições.....	20.090	3.388	127.620	493	151.591
Reversões/Pagamentos.....	-	(4.811)	(120.489)	-	(125.300)
Atualização monetária.....	28.737	-	-	28.737	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	348.041	8.288	335.910	493	692.732
Saldo em 1º de janeiro de 2015.....	226.207	7.207	290.117	290.117	523.531
Constituições.....	56.025	5.938	165.309	165.309	227.272
Reversões/Pagamentos.....	(15.321)	(3.434)	(126.647)	(126.647)	(145.402)
Atualização monetária.....	32.303	-	-	32.303	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	299.214	9.711	328.779	328.779	637.704

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2016	2015
INSS.....	269.429	225.848
Cíveis e trabalhistas.....	112.629	106.311
IR e CSLL.....	67.956	63.322
Sinistros.....	40.489	50.719
Outros.....	1.262	640
Total.....	491.765	446.840

18 Transações e saldos com partes relacionadas

	2016	2015
Ativo.....	13.443.895	27.801.004
Disponibilidades.....	1.341	1.946
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	1.341	1.946
Aplicações - Operações compromissadas.....	13.360.123	27.717.474
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	13.360.123	27.717.474
Valores a receber.....	81.884	81.483
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	81.884	81.483
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	401	-
Cosseguro aceito.....	547	101
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	547	101

	2016	2015
Passivo.....	33.394	1.375.882
Valores a pagar.....	33.394	35.882
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a).....	30.842	24.005
BSP Affinity Ltda (empresa ligada) (b).....	2.550	2.550
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada).....	2	485
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada).....	-	8.842
Dividendos a pagar.....	-	1.340.000
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	-	1.340.000
Total (Ativo - Passivo).....	13.410.501	26.425.122

- (a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros e Previdência;

- (b) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos;

- (c) Refere-se a serviços de assistência 24 horas.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

- Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:
- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;
 - A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e
 - Foi determinado o valor máximo de R\$ 7.200 (R\$ 7.000 em 2015), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 4.000 (R\$ 7.000 em 2015) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo à Administradores

	2016	2015
Proventos.....	6.299	6.079
Encargos sociais.....	1.417	1.368
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	3.304	6.092
Total.....	11.020	13.539

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº 4, tem como contra parte o Banco Bradesco S.A.

19 Principais ramos de atuação

Ramos	2016		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas.....	4.221.730	38,10	18,06
Previdência - risco.....	733.253	10,79	10,16
Total.....	4.954.983		
Ramos	2015		
	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas.....	3.963.291	38,14	18,41
Previdência - risco.....	723.975	21,84	12,72
Total.....	4.687.266		

15 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 175.225 (175.225 em dezembro de 2015) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 115.000 (R\$ 298.000 em 2015), calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 51.750 (R\$ 134.100 em 2015).

A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício.....	3.123.364	3.319.078
Constituição da reserva legal.....	(156.169)	(165.954)
Base de cálculo dos dividendos.....	2.967.195	3.153.124
Dividendos antecipados.....	2.100.000	749.240
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte).....	97.750	253.300
Dividendos propostos.....	-	1.340.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício.....	74,07%	74,29%

b. Atos societários

Aos 30 dias do mês de setembro, foi realizada a reunião de diretoria, no qual deliberaram o pagamento de dividendos a Bradesco Seguros, única acionista no valor de R\$ 2.100.000 por conta do resultado do período em curso.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

16 Gestão de capital

O principal objetivo da Seguradora em relação a gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/15 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil.....	5.389.740
Ajustes contábeis:	
(-) Despesas antecipadas.....	(777)
(-) Ativos intangíveis.....	(234.823)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	
(+) Ajustes associados à mais valia.....	1.165.917
(+) Demais ajustes.....	411.001
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	6.731.058
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre I) e (II).....	3.473.680
Capital base (I).....	15.000
Capital adicional com correlação (II)*.....	3.473.680
Capital adicional de risco de crédito.....	278.529
Capital adicional de risco de mercado.....	1.012.009
Capital adicional de risco de subscrição.....	2.764.194
Capital adicional de risco operacional.....	149.218
Efeito da correlação (benefícios).....	(730.270)
Suficiência de capital mínimo (PLA - CMR).....	3.257.378
Suficiência dos Ativos Garantidores.....	6.027.117
Ativos líquidos.....	6.027.117
Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de Índice de Liquidez.....	3.465.348
Índice de Liquidez em relação ao CR**.....	174%

(*) Cálculo de Capital de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 (alterado pela Resolução CNSP nº 343/2016).

(**) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 343/2016 é de no mínimo 20%. Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 32/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31 de dezembro de 2016. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017.

17 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A Companhia para os planos durante o exercício de 2016 foi de R\$ 5.505 (R\$ 7.933 em dezembro de 2015), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 106.351 (R\$ 105.027 em dezembro de 2015), sendo: benefícios concedidos R\$ 53.090 (R\$ 48.448 em dezembro de 2015), benefícios a conceder R\$ 53.261 (R\$ 56.579 em dezembro de 2015).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

	2016	2015
Receitas.....	28.512	29.217
Cosseguro aceito.....	28.512	29.217
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	28.512	29.217

Despesas.....	(430.878)	(328.220)
Recuperação de indenização de cosseguro aceito.....	(22.037)	(22.037)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	(27.001)	(22.037)
Prestação de Serviços de Custódia.....	(35)	(31)
Banco Bradesco S.A. (controlador final).....	(35)	(31)
Despesas Administrativas (a).....	(283.381)	(202.116)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta).....	(283.265)	(201.847)
Scopus Soluções em TI S.A. (empresa ligada).....	(116)	

**e. Resultado com operações de resseguro**

	2016	2015
Prêmios resseguros cedidos	(18.568)	(27.299)
Varição da provisão IBNR – resseguro	10.788	5.038
Recuperação de indenização de resseguro	9.649	26.135
Varição da Provisão da PPNG	3.894	10.827
Varição das provisões técnicas - resseguro cedido	1	(1)
Total	5.764	14.700

f. Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2016	2015
VGBL	27.241.324	24.689.595
PGBL	2.022.075	2.296.243
Previdência	155.109	148.911
Total	29.418.508	27.134.749

g. Rendas com taxas de gestão

	2016	2015
VGBL	1.414.288	1.264.905
PGBL	284.599	254.084
Previdência	10.706	9.811
Total	1.709.593	1.528.800

h. Outras receitas e despesas operacionais - Previdência

	2016	2015
Provisão para riscos sobre outros créditos	(15.122)	(119.403)
Reversão/Provisão de processos judiciais cíveis	(9.871)	(29.145)
Outras receitas operacionais	187.582	64.253
Total	162.589	(84.295)

i. Despesas administrativas

	2016	2015
Despesas com pessoal próprio:	(271.967)	(258.795)
Ordenados	(83.885)	(66.138)
INSS/FGTS	(31.923)	(24.328)
Planos de previdência privada	(5.505)	(7.933)
Honorários da administração	(6.989)	(4.965)
Programa de alimentação ao trabalhador	(5.833)	(6.304)
Despesas com vale-transporte	(1.287)	(1.548)
Outras	(136.545)	(147.579)
Despesas com localização e funcionamento	(153.402)	(113.905)
Despesas com serviços de terceiros	(155.755)	(105.825)
Despesas com donativos e contribuições	(41.938)	(62.606)
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(38.146)	(37.117)
Despesas administrativas diversas	(9.491)	(7.034)
Total	(670.699)	(585.282)

j. Despesas com tributos

	2016	2015
Despesas com COFINS	(271.315)	(283.293)
Despesas com PIS	(44.127)	(46.035)
Despesas com ISS	(35.008)	(30.767)
Despesas com taxa de fiscalização	(4.604)	(3.580)
Outras despesas com tributos	(3.230)	(31.180)
Total	(358.284)	(394.855)

k. Resultado financeiro

	2016	2015
i. Receitas financeiras		
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de beneficiários	17.130.856	12.190.065
Receitas com títulos de renda fixa	4.889.759	5.531.589
Outras receitas financeiras	120.192	112.707
Receitas com títulos de renda variável	7.719	999
Receitas com títulos de renda variável - ações, juros ao capital próprio e dividendos	554.231	137.734
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	39.768	36.235
Receitas com operações de seguros e resseguros	688	243
Total	22.743.213	18.009.572

ii. Despesas financeiras

Atualização monetária - VGBL	(14.124.761)	(9.987.082)
Atualização monetária - planos previdência e PGBL	(5.356.558)	(4.890.651)
Despesas com títulos de renda variável	(134.000)	(61.248)
Despesas com operações com seguros e resseguros	(503.647)	(591.949)
Redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	(15.112)	(223.186)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(138.976)	(30.182)
Atualização monetária de processos judiciais	(28.737)	(32.303)
Outras despesas de seguros	(821)	(7.780)
Total	(20.302.612)	(15.824.381)
Total	2.440.601	2.185.191

l. Imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Impostos diferidos		
Reversão/constituição no exercício sobre adições temporárias	(143.474)	109.379
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.263.413)	(2.047.222)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.406.887)	(1.937.843)

21 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Resultado antes de impostos e participações	5.535.164	5.257.282
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(2.490.824)	(2.365.777)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Equivalência patrimonial tributada nas controladas	-	561
Participações no lucro	2.211	162
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (1)	-	159.979
Juros sobre capital próprio	51.750	134.100
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	27.039	53.384
- Doações e patrocínios	(23.230)	(26.977)
- Contribuições para entidade de classe	(139)	(162)
- Dividendos	8.728	8.507
- Outros	41.680	72.016
Ajustes efetuados na declaração de rendimentos	2.937	79.748
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(2.406.887)	(1.937.843)
Alíquota efetiva	43,48%	36,86%

(1) Refere-se a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação a alíquota de 20% demonstrada.

22 Informações complementares**a. Relatório do Comitê de Auditoria**

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 08 de fevereiro de 2017, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico.

b. Outras informações

No balanço patrimonial, a rubrica de "Títulos e créditos a receber" contem o saldo referente a receita com renda de taxa de administração a receber, no montante de R\$ 158.937, cujo vencimento ocorre no mês subsequente à data-base de 31 de dezembro de 2016.

DIRETORIA

Jorge Pohlmann Nasser - Diretor Geral

Ivan Luiz Gontijo Júnior - Diretor Gerente

Jair de Almeida Lacerda Júnior - Diretor Gerente

Marco Antonio Gonçalves - Diretor Gerente

Alexandre Nogueira da Silva - Diretor

Eugênio Liberatori Velasques - Diretor

Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa - Diretor

Jair de Almeida Lacerda Júnior

Atuário - MIBA 809

João Batista Zorzete

Contador - CRC 1SP248285/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Osasco, 23 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SPErika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da

Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri – SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Bradesco Vida e Previdência S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.



São Paulo, 23 de fevereiro de 2017.

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CNPJ: 02.668.801/0001-55 - CIBA 48Joel Garcia
Atuário MIBA 1131**Anexo I
Bradesco Vida e Previdência S.A.
(Em milhares de Reais)**

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2016
Total de provisões técnicas	186.501.854
Total de provisões técnicas auditadas	186.501.854
Total de ativos de resseguro	41.042
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2016
Provisões Técnicas (a)	186.501.854
Valores redutores (b)	155.230.950
Total a ser coberto (a-b)	31.270.904
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2016
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	3.473.680
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	3.473.680
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2016
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	6.731.058
Exigência de Capital (CMR) (b)	3.473.680
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	3.257.378
Ativos Garantidores (d)	37.298.021
Total a ser Coberto (e)	31.270.904
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	6.027.117
Ativos Líquidos (g)	6.027.117
Capital de Risco (CR) (h)	3.465.348
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	174%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP e Previdência)

31/12/2016
0929, 0936, 0969, 0977, 0980, 0981, 0982, 0983, 0984, 0986, 0987, 0990, 0991, 0993, 1329, 1336, 1369, 1377, 1380, 1381, 1383, 1384, 1386, 1387, 1390, 1391, 1601
20.395.494
Coberturas de morte e invalidez de previdência
22.467.079